

## **A INVESTIGAÇÃO DA REDUÇÃO DO ESPAÇO A PARTIR DO CIAM DE 1929**

### THE INVESTIGATION OF SPACE REDUCTION AS FROM CIAM OF 1929

### LA INVESTIGACIÓN DE LA REDUCCIÓN DEL ESPACIO A PARTIR DEL CIAM DE 1929

**Gabriela de Oliveira Riccio**, Bacharel em Arquitetura e Urbanismo, Universidade São Judas Tadeu  
E-mail: [gabi.riccio@gmail.com](mailto:gabi.riccio@gmail.com)

**Paula de Vincenzo Fidelis Belfort Mattos**, Doutora em História da Arquitetura e Urbanismo, Universidade São Judas Tadeu  
E-mail: [prof.darte@gmail.com](mailto:prof.darte@gmail.com)

**Eneida de Almeida**, Doutora em Arquitetura e Urbanismo, Universidade São Judas Tadeu  
E-mail: [eneida.almeida@saojudas.br](mailto:eneida.almeida@saojudas.br)

#### **Resumo**

Este artigo faz parte de um estudo em desenvolvimento, vinculado à Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Arquitetura e Urbanismo, na Universidade São Judas Tadeu, que indaga a respeito dos motivos que podem ter contribuído para a redução do espaço da planta de apartamentos em São Paulo. O artigo parte de uma investigação cronológica da transformação da tipologia habitacional nas primeiras décadas do século XX, evidenciando os principais fatores relacionados à redução do espaço; em seguida, procura estabelecer relações entre as diretrizes do CIAM de Frankfurt de 1929 com a redução da área interna das habitações. Interessa investigar se há indicações de que este documento possa ter sido um impulsionador no repensar das dimensões dos ambientes, procurando relacioná-lo com as práticas e discussões exercidas no campo da arquitetura em São Paulo, por meio da análise de exemplos de unidades habitacionais construídas pós-CIAM de 1929.

**Palavras-chave:** CIAM; Habitação mínima; Industrialização; Apartamento; Quitinete.

#### **Abstract**

This article is part of a study under development, linked to the Master's Dissertation of the *Stricto Sensu* Postgraduate Program in Architecture and Urbanism, at the University of São Judas Tadeu, which inquires about the reasons that may have contributed to the reduction

of space of the apartment building in São Paulo. The article is based on a chronological investigation of the transformation of the housing typology in the first decades of the 20th century, showing the main factors related to the reduction of space, and then seeks to establish relations between the Frankfurt CIAM guidelines of 1929 with this reduction of the internal area of the housing. It is interesting to investigate if there are indications that this document may have been a driver in the rethinking of the dimensions of the environments, trying to relate it to the practices and discussions practiced in the field of architecture in São Paulo, through the analysis of examples of housing units built after CIAM of 1929.

**Keywords:** CIAM; Minimum housing; Industrialization; Apartment; Kitchenette.

## Resumen

Este artículo forma parte de un estudio en desarrollo, vinculado a la Disertación de Maestría del Programa de Postgrado Stricto Sensu en Arquitectura y Urbanismo, junto a la Universidad São Judas Tadeu, que indaga acerca de los motivos que pueden haber contribuido a la reducción del espacio de la planta de apartamentos en São Paulo. El artículo parte de una investigación cronológica de la transformación de la tipología habitacional en las primeras décadas del siglo XX, evidenciando los principales factores relacionados a la reducción del espacio, a continuación procura establecer relaciones entre las directrices del CIAM de Frankfurt, de 1929, con la reducción del área interna de las viviendas. Interesa investigar si hay indicaciones de que este documento puede haber sido un impulsor en el repensar de las dimensiones de los ambientes, buscando relacionarlo con las prácticas y discusiones ejercidas en el campo de la arquitectura en São Paulo, por medio del análisis de ejemplos de unidades habitacionales construidas después CIAM de 1929.

**Palabras clave:** CIAM; Vivienda mínima; Industrialización; Apartamento; Vivienda pequeña.

## INTRODUÇÃO

A redução do espaço da unidade habitacional é um tema relevante que surge em São Paulo no início do século XX. Faz parte do debate que envolve as práticas exercidas no campo da arquitetura paulista, intrigando os que se dedicam ao desenvolvimento de habitações de qualidade. Essa discussão foi exposta durante o movimento moderno, no II Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM), de 1929, realizado em Frankfurt, no qual foram analisadas as condições para a existência mínima, objetivando a redução dos espaços da habitação. Desse modo, o presente ensaio dedica-se a estabelecer conexões entre o CIAM de Frankfurt e a redução dos espaços das unidades habitacionais encontradas em São Paulo, buscando encontrar indícios da influência do Congresso na redução da área interna das habitações e identificar em que medida as questões discutidas naquele contexto tenham, em alguma medida, refletido na produção habitacional local.

Para isso, foram escolhidos dois exemplos de edifícios habitacionais paulistanos construídos no período pós-CIAM de 1929, considerados emblemáticos por autoras como Adriana Gurgel (2016) e Maria Lúcia Bressan Pinheiro (2008): o Edifício Lúvia Maria e o Edifício Copan, os dois localizados em áreas centrais da cidade, representativos das primeiras quitinetes aqui construídas.

O trabalho inicia-se com uma revisão bibliográfica, partindo dos textos escritos pelos oradores presentes no II CIAM, entre eles Ernst May (1929) e Le Corbusier (1929). A seguir, procura trazer o debate para tempos mais recentes, com a contribuição de Peter Hall (1995), e, por fim, busca complementar a análise dos pressupostos teóricos e históricos com a colaboração de autores do panorama nacional, como: Maria Cecília Naclério Homem (1984), Nadia Somekh (1997), Maria Lúcia Bressan Pinheiro (2008), Adriana Gurgel (2016) e Raquel Rolnik (2017), que tratam de assuntos relacionados à verticalização, à produção habitacional e à redução do espaço interno das habitações.

O relato foi dividido em três seções: de início são analisados os fatos que antecederam o II CIAM; na sequência, apresenta o seu conteúdo, suas diretrizes, premissas e anseios; e, por fim, expõe uma análise das plantas das unidades habitacionais dos edifícios escolhidos, correlacionando-as com as doutrinas estabelecidas pelo Congresso. Concluindo o artigo, assinala o II CIAM como um dos instrumentos de propagação das pesquisas sobre a redução dos espaços habitacionais, e procura sugerir aproximações entre o que estabelecia em suas deliberações e as discussões exercidas na produção arquitetônica paulistana entre as décadas de 1930 e 1960.

## RELATO DA REDUÇÃO DA ÁREA INTERNA DOS EDIFÍCIOS RESIDENCIAIS E POSSÍVEIS RELAÇÕES COM AS CONCEPÇÕES DO II CIAM

### FATORES DESENCADEANTES

A racionalização dos espaços objetivando a produção de habitações mínimas é uma discussão relatada por Raquel Rolnik (2017) em um de seus artigos, no qual discute sobre os apartamentos lançados em 2017 em São Paulo, de pequenas dimensões. Segundo a autora: “Essa discussão é antiga. Foi lançada por arquitetos e urbanistas modernistas, no começo do século XX, ganhando especial relevância no período entreguerras” (ROLNIK, 2017, n.p.). Contudo, para entendermos melhor a questão de que, ao longo dos anos, os espaços das habitações tendem a ser cada vez menores,



precisamos situá-la a partir do seu surgimento e assinalar que a reformulação dos projetos habitacionais foi antecedida por remodelações urbanas que priorizavam os aspectos técnicos ligados às condições de mobilidade, salubridade e higiene. Esses últimos pressupostos confirmaram-se na concepção dos projetos da chamada habitação mínima.

Foi a partir da Revolução Industrial iniciada na Inglaterra no século XVIII, caracterizada pela reformulação do trabalho e pela mecanização da produção, que as cidades passaram a ter um aumento populacional, uma vez que os indivíduos migram do campo para a cidade, em busca de trabalho, provocando o aumento acentuado de moradores e a escassez de espaços. Dessa forma, a população, em especial a operária, passou a viver sob condições precárias, não higiênicas, abarrotada em um único cômodo (HALL, 1995, p. 18 e 20).

Essa situação gerou a preocupação das autoridades que, segundo Hall (1995), não estavam preocupadas com a classe operária em si, mas com os riscos que essas condições poderiam causar à classe burguesa, como, por exemplo, a proliferação de doenças. Logo, os líderes dos países europeus começaram a elaborar planos e leis para tentar resolver os problemas de superlotação das unidades habitacionais e os males que acometiam as cidades do século XIX.

Segundo Hall (1995), no ano de 1885, em Londres, foi criada a Comissão Real Britânica, que procurava resolver os problemas da superpopulação da cidade, realojando a classe trabalhadora em novos conjuntos arquitetônicos. Foram concebidos também novos planos de cidade. Um dos mais importantes foi o conceito de “Cidade Jardim”, concebido entre 1880 e 1898 por Ebenezer Howard (1850-1928). Conforme assinala Gravagnuolo (1998), um dos principais objetivos dessa proposta foi estabelecer uma mediação pacífica entre a contraposição cidade/campo, assumindo os requisitos positivos de ambas as condições, isto é, as vantagens ambientais do habitat rural e a rede de intercâmbios sociais do habitat urbano (GRAVAGNUOLO, 1998, p. 79).

No século XIX, em Paris, as condições da cidade eram parecidas e os indivíduos habitavam moradias superlotadas. De 1894 a 1912, foram criadas legislações que permitiam a construção de habitações de baixo custo para as classes trabalhadoras. Também foram criados novos planos de cidade, como o de Georges-Eugène Haussmann (1809-1891), que exemplificava a capacidade técnico-administrativa de modernização das cidades antigas, conferindo prioridade às redes viárias e de infraestrutura. Convém assinalar que o plano de remodelação do centro antigo destruía o tecido urbano histórico para dar lugar à nova configuração espacial definida pelos largos e longos *boulevards*, ladeados por edifícios de aspecto uniforme. De acordo com Gravagnuolo, os *grands travaux* oferecem modelos inéditos para os desenhos dos conjuntos de habitação, confiando ao sistema viário a função de traçado regulador da fenomenologia metropolitana (GRAVAGNUOLO, 1998, p. 44).

Em Nova York, no ano de 1890, inicia-se um processo de verticalização, com a construção de prédios de habitação coletiva que se espalhavam por toda parte, estimulados pela industrialização e imigração, habitados por pessoas de baixa renda. Aqui o planejamento dominador foi o movimento City Beautiful, de Daniel Burnham, movimento zoneador baseado no plano de Haussman de Paris (HALL, 1995, p. 42 e 212). Pode-se indicar que intervenções estatais como essa correspondem aos primeiros passos a influir na criação de habitações menores, decorrentes de leis e planos, que alavancaram o desenvolvimento e a verticalização das cidades.



Nadia Somekh (1997), ao analisar o processo inicial de verticalização ocorrido na área central de São Paulo, descreve um fenômeno que tem na reprodução do capital o seu aspecto central, ancorado no desenvolvimento da indústria da construção civil e nas condições de valorização fundiária, impulsionado tanto pelo aumento da população quanto pela multiplicação do solo urbano. Nesse contexto, refere-se aos apartamentos residenciais como medida do aumento de produtividade e estímulo à “cidade como negócio”, defendida por Anhaia Melo, e ao “rendimento urbano”, como sugeria Prestes Maia.

É possível afirmar que a disseminação do conceito de espaço mínimo tenha sido impulsionada em um primeiro momento pela superlotação das cidades. Outros aspectos relacionados à minimização dos espaços das habitações estariam associados ao período crítico do pós-Primeira Guerra Mundial: “O século 20 tem início com [...] prejuízos financeiros, restrições ao crédito e conseqüentemente a paralisação da construção de habitações nos territórios envolvidos no conflito [...]” (SILVA, 2006, p. 15). Essas condições estimularam o desenvolvimento racional na reconstrução das cidades “[...] e a implementação de projetos que utilizavam e buscavam novos materiais e métodos que colaborassem como facilitadores para uma produção estandardizada da habitação” (MENDONÇA, 2015, p. 34).

Assim, em 1928, com a criação do Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM), os arquitetos passaram a discutir, entre outras questões, a arquitetura como possível suporte de planejamento da cidade, buscando contemplar a igualdade social e econômica entre os indivíduos, priorizando questões relativas à salubridade e à segurança. Em 1929, com a realização do II CIAM, em Frankfurt, Alemanha, discutiu-se o tema “A existência mínima”, num contexto em que a racionalidade e o funcionalismo não deveriam ser encarados como princípios unicamente voltados à diminuição de custos. Passaram a ser considerados conceitos associados a uma nova forma de morar, em combinação com a adoção de critérios técnicos e construtivos associados à industrialização. Logo, o dimensionamento exíguo do espaço habitacional está vinculado à criação de ambientes que priorizassem questões relativas à saúde, segurança e conforto, objetivando a produção em massa, por meio da aplicação de métodos industriais, alcançando um grande número de pessoas em um curto período de tempo e espaço.

## O II CIAM – DE 1929-1930 E AS QUESTÕES DEBATIDAS

O II Congresso Internacional de Arquitetura Moderna foi realizado em 1929 na cidade de Frankfurt, Alemanha, sob o título “Die Wohnung für das Existenzminimum” (Habitação para o mínimo nível de vida). A cidade-sede foi escolhida por apresentar uma relevante experiência de projetos baseados na racionalização do espaço (GURGEL, 2014; SILVA, 2006).

Os projetos que vinham sendo realizados em Frankfurt eram do arquiteto alemão Ernst May, convidado pela administração municipal para assumir o posto de arquiteto chefe em 1925. May reuniu uma equipe de arquitetos e iniciou um programa de desenvolvimento habitacional em larga escala, baseado na economia e velocidade da construção, usando formas simplificadas e elementos construtivos pré-fabricados. O programa priorizava o acesso igualitário à luz solar, ao ar e às áreas comuns; e facilitava a atividade doméstica, contando com uma cozinha projetada pela arquiteta

Grete Shutte<sup>1</sup>, cujo funcionamento otimizado assumia papel de destaque no projeto. Em apenas cinco anos o programa de May produziu 15 mil unidades, diminuindo o déficit habitacional (FRAMPTON, 1997, p. 165-166).

Entretanto, as experiências praticadas por Ernst May trouxeram à tona outro problema com que se debatia na construção das habitações: o aumento do aluguel dos edifícios, o que obrigava a reduções de áreas nas unidades destinadas às classes de baixa renda.

Uma abordagem assim objetiva, reforçada pelas realidades dos custos da edificação, levou inevitavelmente à formulação de espaços padrão do “mínimo para a existência”, que se tornariam o polêmico tema do Congresso do CIAM de 1929, em Frankfurt (FRAMPTON, 1997, p. 166).

Dessa forma, a habitação mínima seria uma das melhores soluções para os problemas da superlotação das cidades e da redução de gastos com a habitação destinada à classe trabalhadora, tornando-se o tema central de discussão do II CIAM. Partia-se do princípio de que a moradia mínima deveria possibilitar a realização das atividades domésticas em espaços reduzidos funcionais e confortáveis, organizados para diminuir o tempo de cada atividade e dotados de iluminação e ventilação natural (GURGEL, 2016).

Com a utilização das novas tecnologias, acreditava-se que a industrialização dos componentes do projeto iria garantir maior igualdade entre as classes, incentivando a padronização dos elementos, o que comportaria a diminuição de custos na produção e o barateamento do valor final. Assim, seria ampliado o acesso à moradia, priorizando-se questões sociais.

Nesse sentido, pretendia-se que, por meio do Congresso, fossem formuladas normas que definiriam os padrões dimensionais mínimos, com base nessas questões levantadas. Segundo Somekh (1997, p. 78), o Congresso, sob orientação do arquiteto Ernst May, resultou em um dos documentos mais importantes sobre “Habitação para as necessidades mínimas”.

O programa do congresso consistia em quatro conferências e uma exposição com desenhos à mesma escala de projectos de habitação mínima em 26 cidades europeias e dos Estados Unidos, preparados por colaboradores de May. O tamanho das unidades expostas variava entre 29,5 a 76,5 m<sup>2</sup> para casas unifamiliares; 24,7 a 52,7 m<sup>2</sup> para unidades individuais em casas bifamiliares, e de 23 a 91,2 m<sup>2</sup> em unidades multifamiliares. Entre os oradores estavam Victor Bourgeois, Hans Schmidt, Le Corbusier e Walter Gropius [...] (GONÇALVES, 2013, p. 18).

Nesse encontro, os oradores ministraram palestras e discutiram sobre as necessidades básicas da família. Walter Gropius apresentou seu ensaio sobre habitação mínima: “Die Soziologischen Grundfragen der Minimalwohnung” (As bases sociológicas da habitação mínima), no qual elabora medidas para serem adotadas pelo governo no intuito de melhorar os projetos de habitação de caráter social, evitando o desperdício

<sup>1</sup> A arquiteta Grete Shutte desenvolveu um modelo de cozinha de máxima eficiência: “A Cozinha de Frankfurt”, que facilitaria o trabalho doméstico, economizando tempo para que a mulher se dedicasse ao trabalho fora do lar, ou seja, a era industrial não só revolucionou os modos de se viver, trazendo a população para as cidades, e de se morar, reduzindo o espaço habitável, mas também introduziu a mulher no mercado de trabalho fabril (FRAMPTON, 1997, p. 167).

de fundos públicos em apartamentos superdimensionados, determinando limites máximos para o tamanho das unidades, com o objetivo de “[...] reduzir o custo inicial das vias de circulação e serviços, facultar os terrenos para construção, arrebatá-los das mãos da especulação e liberalizar no possível os regulamentos da edificação” (GONÇALVES, 2013, p. 18).

A segunda apresentação, de Victor Bourgeois, abordou as implicações da taylorização no trabalho doméstico no planejamento de cada unidade e a de Schmidt teve como título *Críticas e Melhoramentos nos Regulamentos de Construção Vigentes Relativamente à Habitação Mínima* (GONÇALVES, 2013, p. 20).

A última exposição foi uma leitura feita por Pierre Jeanneret do ensaio de Le Corbusier, intitulado “Análise dos elementos fundamentais do problema da habitação mínima”. Tratava-se da concepção de uma habitação com espaços mínimos para se viver, pautada na aplicação de métodos industriais que garantiriam sua padronização e, como consequência, a diminuição dos custos na produção e maior democratização dos novos modelos habitacionais: “Precisamos encontrar e aplicar novos métodos, métodos claros que nos permitam elaborar planos úteis para o lar, prestando-se naturalmente à padronização, à industrialização e à taylorização”.<sup>2</sup>

A taylorização, ou administração científica da atividade produtiva, foi um modelo criado pelo engenheiro norte-americano Frederick Taylor (1856-1915) que objetivava o aumento da eficiência na produção industrial em nível operacional. Consistia em diminuir o tempo da execução das tarefas por intermédio da padronização dos métodos, do controle das atividades e da racionalização do trabalho. Isso explica o porquê de Le Corbusier querer utilizar a taylorização como método na produção de moradias, dado que o recurso garantiria naturalmente a velocidade da construção.

Le Corbusier sugeria ainda a restrição do espaço, mediante a redução dos cômodos e da circulação entre eles. “Uma exata e rápida circulação econômica é a chave da arquitetura contemporânea. As funções precisas da vida doméstica requerem várias áreas cujo conteúdo mínimo pode ser determinado com precisão”.<sup>3</sup>

Outra questão importante relacionada a esse debate, observada por Gurgel (2016), é que o programa mínimo de se morar, apresentado pelo CIAM, alterava também o funcionamento de algumas atividades. Certos afazeres antes realizados em espaços privados, como cozinha e lavanderia, foram transferidos para espaços comuns ou semipúblicos, com o objetivo de redução ainda maior do espaço privativo das habitações. Portanto, a implantação das células mínimas deveria ser pensada de modo a compensar a redução da área nas unidades, ou seja, os espaços semipúblicos deveriam ser desenhados para compensar a redução, contando com equipamentos de serviço como cozinhas e lavanderias, e áreas de lazer como jardins e praças. Isso, segundo Gurgel (2016), contribuiu para a criação das habitações tipo quitinete, desprovidas de espaços destinados a esses usos variados, reprogramados como espaços de usos coletivos (GURGEL, 2016, p. 13-14)

[...] A palavra quitinete relaciona-se assim diretamente ao espaço da casa, que com os modernos, passou por grande reformulação

2 We must find and apply new methods, clear methods allowing us to work out useful plans for the home, lending themselves naturally to standardization, industrialization, Taylorization (LE CORBUSIER, 1929, n.p., tradução nossa).

3 An exact, economic rapid circulation is the key to contemporary architecture. The precise functions of domestic life require various areas whose minimum content can be quite precisely determined (LE CORBUSIER, 1929, n.p., tradução nossa).



a fim de adequar-se aos novos modos de vida decorrentes da industrialização. O surgimento da quitinete como programa mínimo do morar relaciona-se à grande demanda por habitação decorrente do acelerado e desordenado crescimento das cidades [...] (GURGEL, 2016, p. 12).

## **O II CIAM DE 1929 PODE TER SIDO UMA REFERÊNCIA NAS PRÁTICAS E DISCUSSÕES EXERCIDAS NO CAMPO DA ARQUITETURA EM SÃO PAULO?**

Com base no que foi exposto, pode-se entender como ocorreu a diminuição dos espaços nos cenários europeu e norte-americano. Em São Paulo também foram observados os mesmos fenômenos decorrentes do período industrial. Aqui, a preocupação com o dimensionamento das áreas vem ocorrendo desde 1929, quando se cria uma legislação regulamentadora do crescimento urbano e da ocupação do solo, representada pelo Código de Obras Arthur Saboya, de 19 de novembro de 1929, Lei n. 3.427.

Na segunda metade do século XIX, a economia cafeeira foi o fator que desencadeou o desenvolvimento acelerado da capital paulista, fazendo com que essa atividade atraísse capitais estrangeiros que instalaram a rede ferroviária, ligando São Paulo às regiões produtoras de café. O incentivo estrangeiro aos negócios gerou atividades urbanas, estimulando a migração para a cidade e criando as condições necessárias ao desenvolvimento industrial. De 1907 a 1926 houve um aumento significativo do parque industrial paulista. Isso desencadeou um aumento populacional considerável na região central de São Paulo, que de 47.697 habitantes em 1886, passou para 200.000 no início do século XX, muitos deles imigrantes (SOMEKH, 1997, p. 66; HOMEM, 1984). Logo, uma das soluções encontradas para resolver os problemas gerados pela superlotação da cidade foi a verticalização. Desse modo, conforme Somekh (1997), na década de 1920, consolidou-se a criação de novos espaços, gerando uma verticalização dos edifícios destinados ao setor terciário da economia, num momento em que a cidade tendia a reproduzir padrões urbanísticos europeus, em concomitância com a ampliação da divisão técnica do trabalho gerada pelas novas atividades industriais. Já em 1939, agora com influência americana, a verticalização passou a ser residencial, facilitada pela disseminação do uso do concreto e da implantação de elevadores.

Outro fato importante a se destacar é que justamente no período pós-CIAM de 1929 surgiram as primeiras quitinetes de São Paulo e, como já comentado, esse tipo de habitação relaciona-se diretamente com as ideias do II CIAM. A título de demonstração, serão apresentados a seguir dois casos emblemáticos dos aspectos levantados até aqui: o Edifício Lívia Maria e o Edifício Copan.

De início, é apresentado o Edifício Lívia Maria (Figura 1), por ser um exemplo de conjunto habitacional que continha em seu programa quitinetes e que “[...] constitui um dos mais característicos projetos de apartamentos residenciais daqueles anos” (PINHEIRO, 2008, n.p.). Inaugurado em 1939, localizado na Avenida São João, esquina com a Rua Timbiras, foi projetado pelo escritório H. S. Caiuby.

O edifício de uso misto era destinado à renda, construído em lote irregular de esquina, sem recuos frontais ou laterais, evidenciando a preocupação em ocupar a maior área possível do terreno no térreo (Figura 2). É constituído por 11 andares, cada um apresentando três tipologias: uma composta por sala, quarto e banheiro

(três unidades), sendo essas as quitinetes (Figura 3); as outras duas têm programas compostos por sala de estar, cozinha, banheiros e número de quartos variados (Figura 3). A variação de tipologias compostas por tamanhos e ambientes diferentes em um mesmo andar é característica das décadas de 1930 e 1940, pós-industrialização, cujo programa habitacional vertical e sua clientela se encontravam ainda indefinidos. Desse modo, buscava-se atender às expectativas de um novo mercado (PINHEIRO, 2008, n.p.).



Figura 1: Edifício Livia Maria, Avenida São João esquina com Rua Timbiras.  
Fonte: Gabriela Riccio (2019).

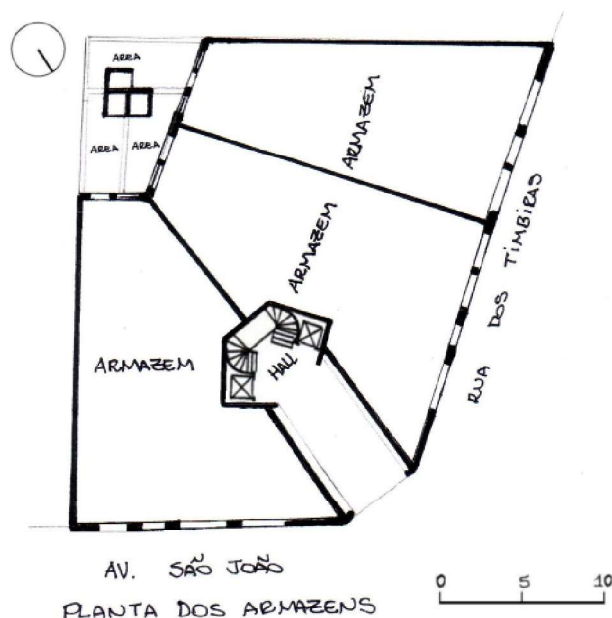


Figura 2: Reprodução da planta do Pavimento dos Armazéns do Edifício Livia Maria.  
Fonte: Desenhado por Gabriela Riccio com base em Caiuby (1939, p. 19).

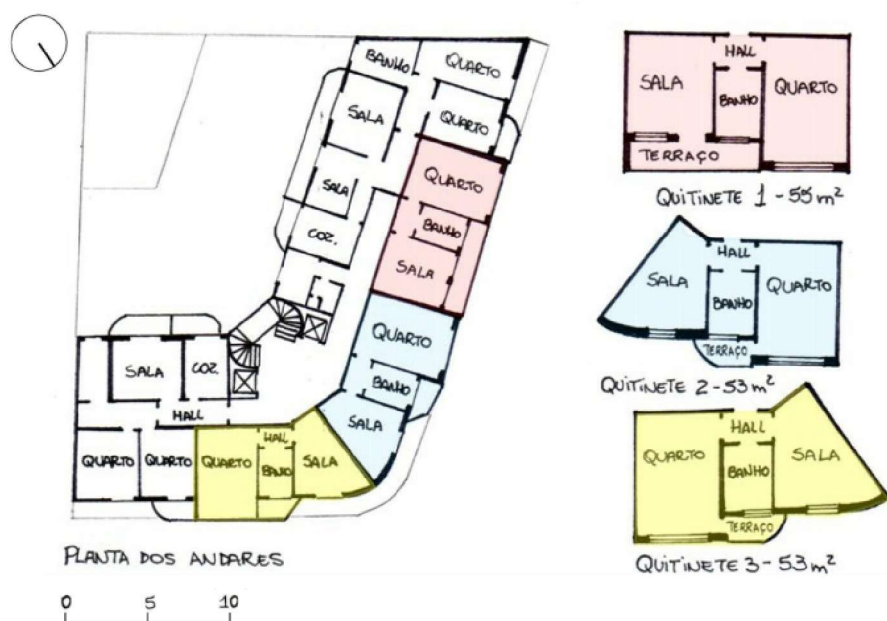


Figura 3: Reprodução da planta do Pavimento tipo do Edifício Livia Maria.  
 Fonte: Desenhado por Gabriela Riccio com base em Caiuby (1939, p. 19).

Com relação à habitação do tipo quitinete, objeto de estudo, é possível observar a inexistência de cozinha e área de serviço. Segundo Pinheiro (2008), essa condição é verificada em um número significativo de apartamentos residenciais desse período. Havendo a inexistência dessas áreas, o local onde se faziam as refeições e a higienização das roupas estava usualmente fora do espaço privado, em restaurantes, pensões e lavanderias avulsas (PINHEIRO, 2008, n.p.). Isso denota evidente aproximação com a quitinete do CIAM de 1929, que priorizava a realização de atividades domésticas antes realizadas em espaços privados, como cozinha e lavanderias, agora retiradas do espaço da unidade, com o objetivo de redução ainda maior do espaço interno das habitações.

Esse tipo de projeto foi aprovado em São Paulo, segundo Lemos (1978), como “econômicos”:

[...] destinados aos solteiros ou casais sem filhos, que passassem o dia no trabalho. Foram inspirados nos apartamentos de quarto e banheiro dos hotéis [...]. A prefeitura aceitou esse programa [...] e passou a aprová-los em quantidade, com uma condição, porém: não podiam possuir cozinhas diretamente acessíveis pelos quartos ou banheiros. Providência inútil [...] deixavam pontos de gás e de água clandestinos destinados às kitchenettes dos futuros usuários (LEMOS, 1978, p. 159).

No entanto, “A arquitetura moderna em São Paulo [...] manifesta-se ainda timidamente nos edifícios altos” (SOMEKH, 1997, p. 152). O Edifício Livia Maria possuía quitinetes com áreas superdimensionadas, tendo unidades de 58 m<sup>2</sup>. Segundo Somekh (1997, p. 14), isso se devia ao regulamento contido no primeiro código de obras de 1929, que



impunha dimensões mínimas para os ambientes. A redução efetiva dos espaços das unidades em si, do ambiente que os compõem e que é o tema central do II CIAM, só veio a ocorrer posteriormente.

A esse respeito, esclarece Lemos (1978):

[...] Os códigos de obras foram, aos poucos, se conformando com a realidade e abrandando as exigências mínimas, os pés direitos começaram a diminuir, abaixando as casas, economizando tijolos, reduzindo as alturas das janelas e portas, áreas dos cômodos minguaram [...]. Os programas se alteraram (LEMOS, 1978, p. 17).

Dois fatores colaboraram para a viabilização comercial das quitinetes: de início, uma ligeira redução na medida mínima dos ambientes especificada no Código de 1955, que permitiu construir unidades menores; e ainda “[...] uma alteração na legislação passou a permitir a comercialização legal da quitinete como produto imobiliário [...]” (GURGEL, 2016, p. 14).

O Edifício Copan (figuras 4-5), localizado na Avenida Ipiranga, próximo à Praça da República, centro de São Paulo, inaugurado em 1966, também teve seu programa marcado pela multiplicidade de usos e diferentes configurações das unidades. Contou com apartamentos de dois e três quartos, conjugados de quarto e sala e quase 50% da área do edifício ocupada por quitinetes com dimensões de até 37 m<sup>2</sup> (Figura 6), nas quais é possível notar a redução efetiva do espaço, se comparada à quitinete do Edifício Lívia Maria.



Figura 4: Edifício Copan, visto do alto.

Fonte: RenattodSousa, fotógrafo (2004).



Figura 5: Edifício Copan, visto da Avenida Ipiranga.  
Fonte: RenattodSousa, fotógrafo (2002).

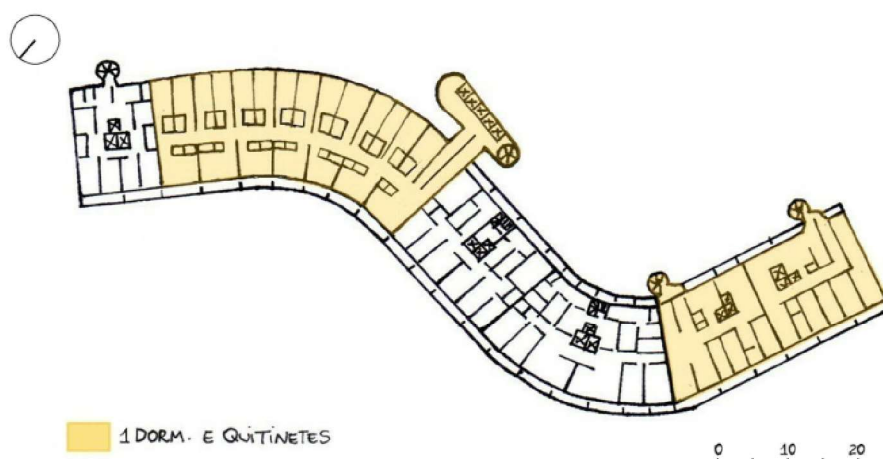


Figura 6: Reprodução da planta do Pavimento tipo do Edifício Copan.  
Fonte: Desenhado por Gabriela Riccio, com base em Gurgel (2016, p. 16).

Projetado pelo arquiteto Oscar Niemeyer, com colaboração de Carlos Lemos, o Edifício Copan possui 1.160 moradias, divididas em seis blocos de 32 pavimentos. Insere-se em forma de S (figuras 4-6) sobre o terreno, abrigando no térreo estabelecimentos comerciais e de serviço. Denota, mais uma vez, a aproximação aos conceitos estabelecidos pelo II CIAM, já que proporcionava em sua configuração inicial espaços semipúblicos desenhados para compensar a redução da área privativa dos apartamentos, com equipamentos de serviço como restaurantes, lojas, padarias, cinema etc.

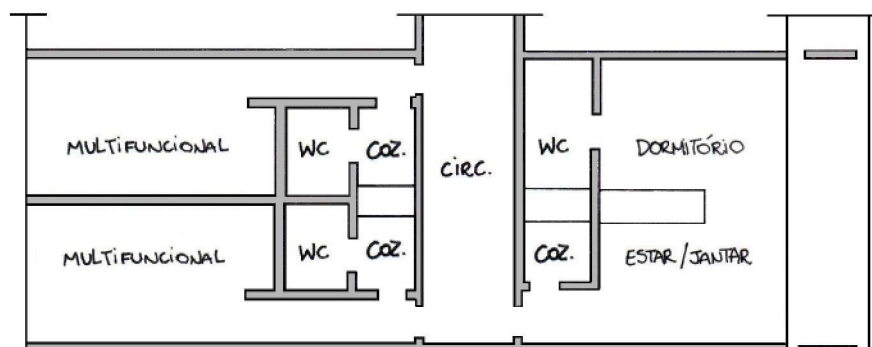


Figura 7: Reprodução do Bloco B, quitinete e apartamento de um dormitório do Edifício Copan.

Fonte: Desenhado por Gabriela Riccio com base em Gurgel (2016, p. 18).

Tratando especificamente das unidades do tipo quitinetes, essas possuem 37 m<sup>2</sup>. É possível notar, por meio da observação da planta (Figura 7), que são caracterizadas por áreas consideradas exíguas para a época e pela sobreposição de funções domésticas, contando com um espaço denominado multifuncional (uma das principais metas estabelecidas pelo CIAM de 1929). Os banheiros possuem ventilação e iluminação indireta, diferente do Edifício Lúvia Maria, contando ainda com pequenas cozinhas que possuem aberturas para um fosso. Essas unidades configuravam-se como um programa de morar adequado a imigrantes recém-chegados, solteiros e indivíduos que procurassem moradia próxima ao local de trabalho.

Portanto, com base nos casos expostos, e com o auxílio do texto de Gurgel (2016), pode-se estabelecer uma relação entre as investigações sobre o *Existenzminimum* e os modelos das quitinetes:

O *Existenzminimum* e a quitinete brasileira aproximam-se, portanto, na busca pela definição do espaço mínimo de moradia [...] Ao surgir no mercado imobiliário brasileiro, a quitinete se relaciona com o acelerado crescimento das grandes cidades e a verticalização de suas áreas centrais. Volta-se principalmente para locação, atendendo o segmento formado em sua maioria por solteiros ou jovens casais, estudantes, trabalhadores em busca de ocupação ou início de carreira. [...] Esta tipologia apresenta entre 25 e 40 m<sup>2</sup> de área total (SILVA, 2018, p. 149), limitando excessos de qualquer ordem característica que, assim como no *Existenzminimum*, favorecia a execução de atividades domésticas de limpeza e manutenção [...] (GURGEL, 2016, p. 15).



Entretanto, os primeiros edifícios residenciais paulistanos eram destinados à locação. Com uma visão concentrada na rentabilidade, o proprietário-rentista, mediante a multiplicação do solo urbano, esperava obter o máximo de lucro possível (PINHEIRO, 2008, n.p.). Segundo Somekh, “Essa é a diferença com o urbanismo paulistano, que abarca a maioria dos conceitos do modernismo, [...] porém, exclui claramente a questão social” (SOMEKH, 1997, p. 160).

### CONSIDERAÇÕES

Com base nos estudos realizados, conclui-se que um dos principais fatores impulsionadores da minimização dos espaços foi a superlotação das cidades causada pela industrialização, somada aos preços dos aluguéis extremamente altos. O II Congresso Internacional de Arquitetura e Urbanismo, na tentativa de enfrentar esses problemas, propagou as pesquisas relacionadas à redução do espaço interno das habitações, em concomitância com a investigação acerca dos novos modos de morar compatíveis com o ambiente urbano da era industrial, difundindo a ideia de habitações mínimas, associadas à racionalização dos processos construtivos.

É possível afirmar que muitas das ideias, diretrizes, premissas e anseios discutidos no II CIAM, estão presentes na arquitetura dos edifícios Lúvia Maria e Copan. São eles: a utilização de novas tecnologias empregadas na construção (uso do concreto armado), a redução das áreas de circulação, a criação de espaços de uso multifuncional, o reposicionamento de áreas de serviços que são inseridas no espaço comum ou semipúblico e a valorização desses espaços.

No tocante às questões sociais, o objetivo do Congresso era produzir habitações mínimas em grande escala para dar abrigo à população que se encontrava abarrotada nos centros das grandes cidades, e ou em vilas operárias sob condições insalubres, situadas nas periferias. Nesse sentido, os idealizadores do II CIAM eram motivados por questões sociais ao formular diretrizes e normas para os novos padrões dimensionais mínimos dos ambientes, preocupados com a melhora de vida dos cidadãos, procurando criar projetos que priorizassem saúde, segurança e aspectos psicológicos da vida do indivíduo. Aspiravam que o uso das novas tecnologias vinculadas à industrialização dos elementos construtivos pudesse garantir tanto a diminuição dos custos quanto a padronização dos modelos, o que asseguraria uma democratização do acesso a moradias de melhor qualidade, pelo barateamento do valor final, o que confirmava a tentativa de resolver não só o problema habitacional, mas também o social. Essas preocupações têm algo em comum com o chamado socialismo utópico, responsável pelas utopias urbanas do século XIX, baseadas em comunidades residenciais surgidas à margem das concentrações industriais, promovidas por iniciativas de alguns mecenas pautados por novos códigos éticos e de comportamento.

É certamente nesse ponto que a arquitetura habitacional paulistana mais se distancia do II CIAM. Em São Paulo, os agentes imobiliários se apropriaram dos principais conceitos da habitação mínima, ignorando as questões sociais. Aqui, a redução do espaço foi pautada na obtenção de maiores lucros, mediante a locação de mais unidades, que seriam concebidas por meio da redução do espaço das unidades combinada à multiplicação do solo urbano e à valorização fundiária.

## REFERÊNCIAS

- CAIUBY, E. H. S. *Prédio "Livia Maria". Acrópole*, São Paulo, v. 1, n. 11, p. 19-26, mar. 1939. Disponível em: <http://www.acropole.fau.usp.br/>. Acesso em: 10 abr. 2018.
- FRAMPTON, K. *História crítica da arquitetura moderna*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- GONÇALVES, I. J. *O habitar mínimo*. 2013. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Arquitetura, Universidade de Évora, 2013.
- GRAVAGNUOLO, B. *Historia del urbanismo en Europa, 1750-1960*. Madrid: Akal, 1998.
- GURGEL, A. *Morar/habitar: cidades inventadas*. In: FERRARA, L. D.'A. (org.). *Cidade, entre mediações e interações*. São Paulo: Editora Paulus, 2016. p. 12-31.
- HALL, P. *Cidades do Amanhã: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos no século XX*. São Paulo: Perspectiva, 1995.
- HOMEM, M. C. N. *O prédio Martinelli: a ascensão do imigrante e a verticalização de São Paulo*. São Paulo: Projeto, 1984.
- LE CORBUSIER. *Analysis of the fundamental elements of the problem of "The minimum house"*. 1929. Disponível em: <https://modernistarchitecture.wordpress.com/2011/09/14/le-corbusier%E2%80%99s-%E2%80%9Cciam-2-1929%E2%80%9D-1929/>. Acesso em: 8 abr. 2018.
- LEMOES, C. A. C. *Cozinhas e etc.: um estudo sobre as zonas de serviço da casa paulista*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- MAY, E. *Die Wohnung für das Existenzminimum. Das Neue Frankfurt*, Alemanha: Heidelberg: Universitätsbibliothek, v. 3, n. 1, p. 209-217, jan. 1929. Disponível em: [https://diglib.uni-heidelberg.de/diglit/neue\\_frankfurt1929/0343/image](https://diglib.uni-heidelberg.de/diglit/neue_frankfurt1929/0343/image). Acesso em: 22 maio 2018.
- MENDONÇA, R. N. *Apartamentos mínimos contemporâneos: análises e reflexões para obtenção de sua qualidade*. 2015. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e Design, Universidade Federal de Uberlândia, 2015.
- PINHEIRO, M. L. B. *Arquitetura residencial verticalizada em São Paulo nas décadas de 1930 e 1940. Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, São Paulo, v. 16, n. 1, Scielo, jan./jun. 2008. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-47142008000100004&lng=pt&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142008000100004&lng=pt&tlng=pt). Acesso em: 6 jun. 2018.
- ROLNIK, R. *Apartamentos de 10 m²: mínimo necessário ou lucro máximo?* 2017. Disponível: <https://raquelrolnik.wordpress.com/2017/08/21/apartamentos-de-10-m%C2%B2-minimo-necessario-ou-lucro-maximo/>. Acesso em: 6 jun. 2018.
- SÃO PAULO (Município). Lei n. 3.427, de 19 de novembro de 1929. Código de Obras Arthur Saboya. São Paulo: Leis Municipais, 2012. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/SP/SAO.PAULO/LEI-3427-1929-SAO-PAULO-SP.pdf>. Acesso em: 9 jun. 2018.

- SÃO PAULO (Município). Lei n. 4.615, de 13 de janeiro de 1955. Regula as Condições Gerais das Edificações. São Paulo: Leis Municipais, 2012. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-paulo/lei-ordinaria/1955/461/4615/lei-ordinaria-n-4615-1955-regula-as-condicoes-gerais-das-edificacoes>. Acesso em: 9 jun. 2018.
- SILVA, R. D. *Habitação mínima na primeira metade do século 20*. 2006. Monografia (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Engenharia de São Carlos (EESC), Universidade de São Paulo-USP, 2006.
- SOMEKH, N. *Trinta anos de urbanismo em São Paulo: teoria e ação*. *Arquitextos*, São Paulo, ano 12, n. 143.00, Vitruvius, abr. 2012. Disponível em: <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/12.143/4324>. Acesso em: 1 out. 2019.
- SOMEKH, N. *A cidade vertical e o urbanismo modernizador*. São Paulo: Studio Nobel, Edusp, Fapesp, 1997.